

4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as mulheres da
Cidade de São Paulo



**4ª Conferência Municipal
de Políticas Públicas para as
Mulheres
de São Paulo**

Síntese das Pré Conferências

2011

Gilberto Kassab
Prefeito da Cidade de São Paulo

Uebe Rezek
Secretário Municipal de Participação e Parceria

Yolanda Sperli
Coordenadora Geral da Coordenadoria da Mulher

Comissão Temática e de Relatoria
Amely I. Fauser
Ana Lucia Cavalcanti
Branca Paperetti
Leliane Melro
Marcial Regina Vitoriano
Marcia Valéria Pereira
Regina Célia Salles Maximiano
Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos
Rosângela Fogarolli

Colaboração Especial:
Fátima Marques

4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as mulheres da Cidade de São Paulo

O processo de acompanhamento da gestão pública tem provocado debates e manifestações em toda a sociedade. A 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Cidade de São Paulo veio de encontro com as diretrizes da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, junto com a Coordenadoria da Mulher, de propiciar momentos de reflexão e de levantamento de novas propostas de políticas públicas.

A assertiva na preparação da 4ª Conferência com a realização de trinta e uma pré-conferências na Capital Paulista, contou com participação de, aproximadamente, duas mil mulheres.

A 4ª Conferência reiterou a luta dos direitos da mulher na redução das desigualdades de gênero; no combate de todas as formas de discriminação; nas violências físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais; na ampliação e no fortalecimento da cidadania; no incentivo a organização político-social, entre outras.

Assim, a Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Cidade de São Paulo, foi também, o momento em que a sociedade civil e as organizações se reuniram para debaterem políticas com perspectivas de elaboração do 1º Plano Municipal de Políticas para as Mulheres a ser lançado no ano de 2012, no Dia Internacional da Mulher.

Uebe Rezeck
Secretário Municipal de Participação e Parceria

4ª Conferência de Política Pública para Mulheres do Município de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Participação e Parceria através da Coordenadoria da Mulher procurou garantir que a 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres fosse democrática, participativa e garantisse os princípios da análise da realidade: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres considerando a realidade local, incorporando as dimensões de classe, gênero, étnico racial, geracional e da livre orientação e liberdade sexual. Visando definir estratégias para construção permanente de políticas para as mulheres do município com construção do 1º Plano Municipal de Políticas Pública para as Mulheres.

A preparação da conferência iniciou-se através do Decreto Municipal nº 52.425, datado de 20/06/2011, (anexo 1) e chamamento público publicado no Diário Oficial do Município na data de 28/06/2011 (anexo 2) agendando reunião no Auditório da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, objetivando a formação da comissão organizadora, composta pela Poder Público e sociedade civil, paritariamente, e publicada em Portaria nº 97/SMPP/2011 datada de 09/08/2011 (anexo 3). Para garantir a divulgação e a participação das mulheres de todas as regiões do município de São Paulo a Secretaria Municipal de Participação e Parceria em parceria com os Subprefeitos realizaram 31 pré-conferências nas subprefeituras da Cidade de São Paulo no período de junho a agosto o que possibilitou o encontro de aproximadamente 2000 mulheres, que tiveram a possibilidade de discutirem as problemáticas locais, garantindo-se, assim o respeito às especificidades de cada região.

Como estratégia metodológica para as 31 pré-conferencia a Coordenadoria da Mulher apresentou sínteses das resoluções da 3ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo ocorrida em 2007, e a partir desse conhecimento mais geral, as mulheres puderam aprofundar as discussões e leva-las para as realidades por elas

vividas na região de sua moradia. Cada uma das pré-conferências realizadas deveriam tirar de suas discussões 5 (cinco) propostas que ao final totalizaram 150 propostas.

A Coordenadoria da Mulher recebeu todas as propostas e as sub comissões de relatoria da comissão organizadora copilou totalizando 734, as separou por eixo temático e as apresentou na 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, servindo elas como subsídio para as discussões nos Grupos temáticos. Este material fez parte do material gráfico entregue às 1.200 mulheres participantes a 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, além do Regimento.

Na 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres foram discutidos 6 (seis) eixos, a saber: Cidadania, Assistência, Participação Política e Controle Social; Trabalho e Autonomia Econômica, Educação, Cultura e comunicação, não sexista, não racista, não Lesbofóbica e não Homofóbica; Reforma Urbana, Moradia digna e Preservação do Meio Ambiente; Violência e Saúde. Destes foram retiradas 7 (sete) propostas por cada eixo temático, sendo que, ao final seriam apresentadas a 3ª Conferência Estadual, as 3 (três) mais votadas em plenário, e as propostas que fossem de competência do âmbito Estadual e Federal não seriam votadas em plenário, somente apresentadas e encaminhadas neste relatório, conforme poderão ver ao final das propostas de cada Eixo. Abaixo faremos a transcrição dos relatórios da síntese da Conferência Municipal,

RELATÓRIO SÍNTESE DA 4ª CONFERÊNCIA

Eixo: Cidadania, Participação Política e Controle Social.

Este eixo, embora amplo, tem no conceito de cidadania e, principalmente, do conceito de cidadania ativa, seu tema-gerador. A concepção de cidadania ativa é “aquela” que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

A cidadania ativa é entendida, então, no sentido da possibilidade de ampliação dos direitos políticos para a participação direta do cidadão no processo de decisão de interesse público.¹

Desta forma, as propostas discutidas e aprovadas neste eixo, pelas mulheres participantes das Pré e da 4^a. Conferência Municipal, compreendem uma perspectiva das políticas públicas de gênero a partir das questões da gestão, intersectorialidade, fortalecimento da participação política e cidadã, respeito à diversidade das mulheres, controle social, reforçando propostas apresentadas na 3^a. Conferência.

O modelo de gestão proposto-a criação de uma Secretaria - revela a priorização da proposta de um novo lugar institucional para melhor elaborar, desenvolver e acompanhar as políticas públicas para mulheres, numa estrutura organizacional descentralizada nas subprefeituras. A efetividade desse novo lugar institucional no organograma municipal vai depender de uma destinação orçamentária própria, da capacidade de articulação intersectorial dentro do poder público municipal e da ampliação da rede de serviços, seja pela administração direta ou conveniada, incluindo uma maior e melhor qualificada estrutura de recursos humanos.

O exercício da “cidadania ativa” poderá ser estimulado a partir da proposição da criação de espaços de participação e de controle social regionalizados, que propiciem maior envolvimento das mulheres no processo de elaboração, desenvolvimento e, principalmente de monitoramento e avaliação dos projetos e das políticas públicas, desde o seu território até no nível municipal, seja no Legislativo seja no Executivo. Assim, as mulheres paulistanas poderão realmente ser protagonistas da construção, implementação e execução do I Plano Municipal de Políticas para Mulheres da Cidade de São Paulo (2012-2015), que possa contribuir para a redução das desigualdades de gênero em nossa cidade.

¹ Fonte: Maria Victoria Benevides: Cidadania e Gênero, p. 95 e Cidadania e Democracia, p. 7/8

As 3 (três) propostas prioritárias – mais votadas:

- a) Implantação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, com orçamento próprio definido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentarias) com objetivo de articular as políticas públicas com as demais Secretarias, com recorte de gênero, raça/etnia, potencializando suas ações através das Coordenadorias da Mulher que deverão ser implementadas em todas as Subprefeituras. Incluindo: Parcerias com ONG's / Sociedade civil para a assistência e capacitação das mulheres; Acolhimento à idosa em situação de risco e violência; Criar serviços na Secretaria da Mulher, específicos para a mulher em situação de violência urbana e doméstica;
- b) Implantação de Fóruns Regionais de Mulheres (Polo, Espaço Cidadão, Canal direito; Comissão tripartite) nas Subprefeituras com estrutura e condições garantidas para o exercício do monitoramento e controle social sobre as políticas públicas e das decisões da Conferência de 2011 e como co-organizador do processo das prés e da Conferencia Municipal de Políticas Publicas para Mulheres a cada 3 anos.
- c) Garantir e estimular a participação dos movimentos sociais e dos movimentos de mulheres na Câmara Municipal, para a participação efetiva de representação feminina, intervindo diretamente no encaminhamento dos projetos e ocupando espaços institucionais no Legislativo Municipal.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Ampliar e formar Recursos Humanos no atendimento à mulher (saúde, saúde mental (psicólogos), violência, educação, assistência social), através de concurso público, nos serviços existentes e nos que forem criados, com formação de gênero, raça e etnia.

- Criar Centros Educativos com cursos profissionalizantes, para as mulheres de todas as faixas etárias, mulheres em situação de rua se tornem empreendedoras, e inclusas na sociedade e no mundo do trabalho;
 - Garantir mecanismos necessários para viabilizar a eleição de mais mulheres comprometidas com as nossas causas para os cargos de poder, acompanhando e cobrando das eleitas o devido encaminhamento de nossas reivindicações.
 - Ratificação de todas as propostas não contempladas da 3ª. Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.
- ✓ Proposta de competência Federal
- REFORMA POLÍTICA
 - Financiamento público de campanha político-eleitoral.
 - Voto em lista assegurada à alternância entre homens e mulheres;
 - Garantir direitos empregatícios (Pensão) a mulher cuidadora, após o falecimento de algum parente, bem como acompanhamento sócio psicológico.

Eixo: Autonomia Econômica, Igualdade no Mundo do Trabalho, Geração de Renda com Inclusão Social.

Historicamente as mulheres sofrem discriminações nas relações de trabalho. Essa desigualdade no Brasil é estrutural e se perpetua na reprodução de seu estado de pobreza e exclusão social.

Ter autonomia financeira pressupõe ter acesso a formação e aos bens de consumo possibilitando a superação das situações de violência e dependência masculina, rompendo com a imposição social que a vem dominando através dos tempos.

Além disso, para se romper com as desigualdades econômicas entre os sexos, é preciso propiciar oportunidades para que as mulheres não arquem sozinhas, com o trabalho doméstico, cuidados com a prole e dependentes familiares e que estes trabalhos sejam reconhecidos como parte da economia.

Nesse sentido é necessário que o Poder Público invista num conjunto de políticas de apoio e compartilhamento dos trabalhos de reprodução da vida, com investimento na formação, qualificação e requalificação profissional, com ampliação de empregos dignos que atendam principalmente as diferenças de raças/etnias, enfrentamento das diferenças salariais e outros mecanismos que garantam a autonomia econômica e inclusão social das mulheres.

As 3 (três) propostas prioritárias – mais votadas:

- a) Realização de campanha pela igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho com o objetivo de valorizar o salário mínimo, aumentando o piso nos âmbitos municipal, estadual e federal, combater a desigualdade salarial e o constrangimento moral no local de trabalho, entendendo como tal toda e qualquer situação que leve a inferiorização ou intimidação baseada em aspectos físicos, culturais, étnicos e religiosos. Garantir o direito a sindicalização, a liberdade sindical e a prática da negociação coletiva. Definir mecanismos de combate aos atos contra a liberdade sindical: a) direito de greve e fim do interdito proibitório, b) estabilidade da dirigente no exercício e reintegração das demitidas, c) assegurar proteção eficaz contra todo ato prejudicial às trabalhadoras incluídas a demissão por sua condição de representante dos/as trabalhadores/as de sua atividade sindical, de sua filiação ao sindicato, federalizando os crimes cometidos pelos empregadores.

- b) Criar novas creches para garantir números de vagas suficientes em creches públicas e manter as mesmas abertas 24 horas (educação e demais secretarias que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade) para atender a demanda das crianças, demais pessoas responsáveis e das mães que trabalham e estudam em horários diferenciados. Estipular limites de horas mediante apresentação de carga horária de trabalho e estudo.
- c) Ampliar os investimentos públicos na produção e comercialização de produtos de empresas nacionais, estatais, privadas, particularmente as pequenas, médias e microempresas, para tanto: a) qualificação e criação de programas de inclusão no mercado de trabalho por meio de formação, escolarização, orientação, valorizando as diversidades zonais destacando o acesso das mulheres jovens, acima de 40 anos e ex-detentas. b) Priorizar entidades e profissionais locais e a realidade de diversificação profissional, incluindo as novas tecnologias e recolocação para mulheres de todas as etnias, idades, raça e mulheres com deficiência.
- d) Aproveitar o momento da Copa e Olimpíadas para oferecer capacitação para as mulheres de todas as faixas etárias, através de bolsa integral, com qualificação envolvendo as secretarias do turismo, cultura e esporte e afins para atender as mais diversas necessidades de prestação de serviços, propiciando assim a promoção das mulheres no mercado de trabalho.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Criação de um centro público de economia solidária que integre políticas de apoio e investimento com formação, capacitação e espaços de comercialização através de feiras de economia solidária, lojas sociais e acesso ao crédito através de bancos comunitários, em cada subprefeitura da cidade de São Paulo. Ampliar política de apoio a cooperativas populares, de reciclagem, de vestuário, de apoio a economia solidária, garantindo investimento na organização produtiva

de grupos de mulheres e espaços de comercialização, criando mecanismos de sustentabilidade, dentre eles, incubadoras públicas cooperativa popular e de reciclagem, oficinas de geração de renda. Criação de novas cooperativas de reciclagem que garantam a sustentabilidade de trabalho e renda, inclusão social e preservação do meio ambiente.

- Garantir programas de requalificação e de colocação para mulheres acima de 35 anos, e valorização da 3ª idade aproveitando suas aptidões e experiências na geração de emprego e renda, para todas as mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Implantar lavanderias, cozinhas, padarias e restaurantes comunitários públicos, e outros equipamentos públicos que possibilitem alterar a atual divisão sexual do trabalho e compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados.
- Ratificar e aplicar a convenção 156 da OIT que promove a igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores/as com responsabilidades familiares.

Eixo: Educação, Cultura e Comunicação, Não Sexista, Não Racista, Não Lesbofóbica e Não Homofóbica.

A educação como instituição constrói a representação, produção e institucionaliza das relações entre homens e mulheres, sendo necessário contemplar, na instância de decisão e execução das políticas pedagógicas, ações estratégicas para uma pedagogia não-sexista e anti-racista não lesbofóbica. As instituições de ensino têm poder de atuação e abrangência amplas junto a diferentes públicos, tornando-se, portanto um espaço importante, com capacidade para potencializar ações, cujos desdobramentos atingem os mais variados setores sociais.

As relações de gênero são reforçadas no terreno da cultura, em especial no meio de comunicação de massa, na música e na propaganda em geral.

Assim a 4º Conferência Municipal de Mulheres propôs a inserção no currículo, formação continuada de professores e na elaboração de material didático as questões de gênero, educação sexual, educação crítica para a mídia, respeito à diversidade e direitos humanos.

Na área cultura propôs fomentar a expressão artística das mulheres em todas as fases da vida e o resgata da cidadania e controle social dos conteúdos vinculados pela mídia.

As 3 (três) propostas prioritárias – mais votadas:

- a. Ampliar a rede pública direta de educação infantil zerando o déficit de vagas no município de São Paulo através de aquisição de áreas/espacos ociosos, garantindo o atendimento a partir dos quatro meses de idade, inclusive qualificado para as crianças com deficiência, com funcionamento integral, noturno e nos finais de semana e garantia de escolha da escola pelos responsáveis. Garantindo o direito das trabalhadoras e estudantes.
- b. Valorização dos profissionais da educação em todas as categorias, garantindo incentivos financeiros e inserção no currículo, formação contínua e qualificação na questão de gênero, raça, etnia, orientação sexual e de leitura crítica da mídia, por uma educação não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-xenófoba e por uma cultura de paz, garantindo recursos financeiros para tais qualificações, incluindo no quadro da educação equipes multiprofissionais (psicólogos, psicopedagogos, mediadores, assistentes sociais, entre outros).
- c. Seguindo orientação do MEC, criar e implementar, tanto na formação dos educadores como no currículo escolar, material didático e paradidático

para discutir questões de gênero, educação sexual, educação crítica para a mídia, respeito à diversidade e direitos humanos.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Fomentar via edital da Secretaria da Cultura as iniciativas culturais DAS MULHERES, considerando-as como potencializadoras das ações educacionais, com perspectivas de gênero, classe, raça/etnia e orientação sexual, utilizando as diferentes linguagens e expressões artísticas, resgatando a memória das mulheres, valorizando a cultura popular e ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações.
- Proibir a destinação de recursos públicos na área cultural que financie manifestações artísticas e culturais de cunho discriminatório, racista, machista, sexista, adultocêntrico, lesbofóbico, homofóbico, xenófobo e imperialista.
- Criação de Conselho Municipal Deliberativo, com representação paritária da sociedade civil organizada para controle social dos conteúdos veiculados pela mídia, de modo a garantir a responsabilidade social, a pluralidade, a diversidade, o respeito aos direitos humanos e a não reprodução de estereótipos de gênero.
- Promover campanhas educativas na grande mídia contra a mercantilização do corpo da mulher, contra a violência, o tráfico de mulheres, a exploração sexual das mulheres, de crianças e adolescentes, desnaturalizando a condição de subalternidade da mulher e aumentando a sua auto-estima na diversidade, por uma nova imagem da mulher na mídia.

✓ ***Propostas de competência Estadual e Federal***

- Garantir nos meios de comunicação públicos e/ou concessão um espaço/tempo para que o movimento de mulheres e feminista possa apresentar suas pautas e reivindicações.
- Criar políticas públicas no âmbito estadual e federal que financiem e incentivem a prática dos esportes pelas mulheres, principalmente nas periferias das cidades, como forma de promover a sua visibilidade e empoderamento.
- Criação de Conselho Deliberativo Estadual e Nacional, com representação paritária da sociedade civil organizada, para controle social dos conteúdos na mídia, de modo a garantir a responsabilidade social, a pluralidade, à diversidade, o respeito aos direitos humanos e a não reprodução de estereótipos de gênero.

Eixo: Reforma Urbana, Moradia Digna e Preservação do Meio Ambiente.

A reforma urbana e moradia compreendem não apenas o acesso desigual aos espaços e processos da cidade, mas construir políticas públicas norteadoras para cidade capaz de enfrentar as desigualdades das relações de gênero de modo estrutural. Enquanto as políticas públicas manter a desigualdade entre homens e mulheres marginais ao conjunto de políticas da cidade e não assumirem as desigualdades de gênero como estruturadora da sociedade, estaremos enfrentando a questão do poder e conseqüentemente o privilégio que os homens têm com a conservação desta estrutura.

È necessário promover e garantir direitos das mulheres à titularidade da casa, da terra; à moradia digna com infra-estrutura, segurança, qualidade de vida, e preservação ambiental.

As 3 (três)propostas prioritárias – mais votadas:

- a) Garantir que não se realizem despejos arbitrários e violentos ao implantar os parques lineares e os megaprojetos, tais como o rodoanel. Caso a desapropriação seja inevitável, que seja feita respeitando a dignidade das pessoas com atendimento habitacional imediato (Chave a Chave), priorizando moradia em regiões próximas. Diante da necessidade de inclusão no Programa Parceria Social o valor da bolsa-aluguel deve ser adequado à realidade do mercado imobiliário da cidade de São Paulo (pelo menos 100% de reajuste no subsídio) e composição familiar. Sendo garantida a inclusão futura em programa habitacional definitivo.
- b) Garantir aos movimentos organizados a destinação de prédios vazios\áreas no centro da cidade para o atendimento habitacional de famílias de baixa renda, onde já existe infraestrutura adequada, com a reurbanização do centro da cidade para o atendimento habitacional.
- c) Transformar os imóveis ociosos em moradia popular, para mulheres, lésbicas, transexuais e travestis e em situação de rua, mulheres albergadas, que pagam aluguel, idosas e mulheres sozinhas chefes de família com renda entre 0 a 3 salários mínimos, que pagam aluguel e sem obrigatoriedade de usar o FGTS.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Promover ações em prol da qualidade vida: Arborização, Coleta seletiva, Criação de Ecopontos, Educação Ambiental, Espaços Verdes, além de garantir a disseminação das informações relacionadas às questões ambientais, como: Saneamento básico, Segurança Alimentar e Coleta Seletiva em todas as regiões, divulgando as legislações vigentes e utilizando-se de todos os canais de comunicação.
- Garantir que todas as moradias construídas pelos programas habitacionais sejam registradas em nome da mulher, conforme a lei

13.770/204. Garantindo no mínimo 10% das moradias construídas pelos programas habitacionais Poder Público seja destinado prioritariamente á mulheres vítimas de violência doméstica especialmente aquelas que correm risco de morte (incluir os familiares) como determina a lei Maria da Penha.

- Garantir o aluguel social como política social para as famílias em processo de remoção das áreas de risco e encaminhamento para moradia definitiva, com prazo determinado. Considerando que o auxílio aluguel que a Secretaria de Habitação oferece é insuficiente, pois o aluguel tem aumentado consideravelmente acima da inflação, exigindo assim uma política habitacional digna.
 - Garantir a retomada dos programas de mutirão com autogestão. Reafirmar a proposta da conferência de 2007, no que se refere às necessidades específicas das mulheres que participam de mutirões, como afastamento por doença ou gravidez sem perda a vaga ou pontuação com infraestrutura adequada com olhar geracional.
- ✓ Proposta de competência Estadual e Federal
- Garantir nos meios de comunicação públicos e/ou concessão um espaço/tempo para que o movimento de mulheres e feminista possa apresentar suas pautas e reivindicações.
 - Criar políticas públicas no âmbito estadual e federal que financiem e incentivem a prática dos esportes pelas mulheres, principalmente nas periferias das cidades, como forma de promover a sua visibilidade e empoderamento.
 - Criação de Conselho Deliberativo Estadual e Nacional, com representação paritária da sociedade civil organizada, para controle social dos conteúdos na mídia, de modo a garantir a responsabilidade social, a pluralidade, a diversidade, o respeito aos direitos humanos e a não reprodução de estereótipos de gênero.

Eixo: Enfrentamento de todas as formas de Violência contra a Mulher.

Violência de gênero consiste em qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que causa morte, dano ou sofrimento físico, sexual, ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado. A violência de gênero é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, em que a subordinação não implica na ausência absoluta de poder.

A violência contra a mulher pode se manifestar de varias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma seqüência crescente de episódios, do qual o homicídio, é a manifestação mais externa.

São varias as formas de violências vividas pelas mulheres, e , ao politizar as desigualdades de gênero, as mulheres se transformam em novos sujeitos políticos , que desencadeiam processos particulares subjacentes à grupos específicos, como mulheres negras, indígenas, do campo, que tem demandas especificas.

A Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha prevê medidas de prevenção e repressão à violência domestica e familiar contra a mulher. Para que a Lei seja completamente implementada são necessárias ações para ampliar essa rede de atendimento, sensibiizar e capacitar todos os profissionais envolvidos, e notificar todas as formas de violência.

As 3 (três)propostas prioritárias – mais votadas:

- a) Garantir que o CREAS não substitua os serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência e que estes sejam norteados pela SMPP e Coordenadoria da Mulher e parceiros, e que a Coordenadoria da Mulher articule a rede de integração e de apoio: saúde, trabalho, educação, cidadania, assistência social, habitação, justiça, Conselho de Segurança Pública.

- b) Criação e ou implementação de serviços para as mulheres em situação de violência, tais como CRM (Centro de Referência da Mulher), CCM (Centro de Cidadania da Mulher), Casas Abrigo Sigilosas, Casas de Passagem.
- c) Garantir que a Coordenadoria da Mulher coordene campanhas de prevenção e ações sócio-educativas contra a violência à mulher, que envolva todos os setores da sociedade, de forma continuada. Aproveitar o momento da copa do mundo para promover campanhas contra o turismo sexual, a mercantilização do corpo da mulher e a exploração da prostituição. Garantir a participação dos movimentos de mulheres nos Conselhos de Segurança das cidades-sede da copa do mundo para incluir a demanda de combate à exploração sexual e a violência contra a mulher.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Promover a assistência integral e emergencial às mulheres que sofrem violência de gênero, com recorte em etnia, raça, estruturando, ampliando e vitalizando o atendimento, inclusive em saúde mental com novos serviços especializados, incluindo-se as mulheres em situação de rua.
- Ampliação através de concurso público do quadro de profissionais em todos os serviços especializados voltados à mulher, com garantia de capacitação continuada para acolhimento, identificação, prevenção e enfrentamento à violência de gênero, inclusive para os profissionais da área de segurança pública, saúde, educação, assistência social e habitação, (baseadas em estudos sobre a situação da violência contra a mulher no estado de São Paulo).
- Implementação de todos os dispositivos necessários da competência Municipal para efetivação da Lei Maria da Penha estabelecendo e fortalecendo redes de atendimento.
- Garantir na dotação orçamentária e plano de metas, a ampliação da verba para os serviços que atendem violência contra a mulher.

✓ ***Propostas de competência Estadual***

- Implementar o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher com equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica, saúde (de acordo com o artigo 29 da Lei Maria da Penha);
- Implantação de DDM's 24 horas com pessoas capacitadas e especializadas;
- Ampliação da Defensoria Pública no atendimento especializado às mulheres em situação de violência, principalmente na periferia;
- Implantação de postos policiais dentro dos terminais de ônibus e estações de metrô e trens para facilitar o boletim de ocorrência para mulheres vítimas de assédio nos transportes públicos coletivos;
- Garantir visibilidade e ações de divulgação da Lei Maria da Penha e de enfrentamento da violência contra a mulher nos Conselhos de Segurança (CONSEGS).

Eixo: Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos

O Ministério de Saúde 1984 elaborou PAISM - Programa de assistência integral à saúde da mulher, marcando uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde para as mulheres ,um modelo de saúde, pública, universal e equitativo, embora a sua concepção tenha trazido avanços importantes na mudança no campo da saúde, as mulheres continuam adoecendo e morrendo por causas evitáveis.

Em 2004 foi instituído um plano de governo (PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher) voltado para todos os ciclos da vida da mulher , resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacional . A saúde integral da mulher não se limita à saúde materna ou ausência de enfermidade, inclui os direitos sexuais e reprodutivos numa perspectiva

de gênero. Portanto o primeiro plano de políticas públicas para as mulheres da cidade de São Paulo deve incorporar a perspectiva de gênero no planejamento e implementação das ações de saúde, que tem como objetivo melhorar as condições de vida , igualdade direitos de cidadania das mulheres em suas diferenças (mulheres com deficiência, negras e lésbicas). Dentro dessa perspectiva é necessário darmos passos para compreender a imbricação dos fatores sociais , econômicos, culturais e históricos que condicionam o padrão de saúde das mulheres.

As 3 (três) propostas prioritárias – mais votadas:

- a. Em cumprimento aos princípios do SUS, que preconiza universalidade, integralidade, a equidade e igualdade, combater a terceirização, revogar a lei que institui as OSs, com restituição das Unidades de Saúde hoje terceirizadas à Rede Pública de Saúde; garantir a laicidade do Estado, respeitar e estimular o controle social, fiscalizando e debatendo as políticas públicas locais elaboradas e executadas na região dos conselhos gestores das unidades de saúde e sociedade civil organizada. Garantir o cumprimento das leis e resoluções da 9ª Conferência nacional de Saúde no que diz respeito aos repasses financeiros ao município de São Paulo.
- b. Implementar a política nacional de atenção integral à saúde da mulher - assegurando a laicidade do Estado - com programas em todas as Unidades Básicas do município para garantir a autonomia das mulheres e fortalecer sua construção como sujeitos políticos e sociais, assegurando: um modelo de saúde coletiva para as mulheres tendo o SUS como referência e que supere a crença em uma visão de saúde medicamentosa e mercantil; metas em relação à prevenção do câncer de colo de útero e de mama; a vinculação da política de acesso a concepção e anticoncepção a um modelo de atenção básica na UBS, articulado à prevenção das DSTs, HIV e outras doenças evitáveis, e reforçar e priorizar o caráter educativo das ações de saúde; a organização dos serviços de atenção às mulheres

vítimas de violência em todos no município de São Paulo, em cada região e nos prontos-atendimentos; ter profissionais concursados e equipes multiprofissionais e interdisciplinares com formação específica para este atendimento, para acolher e orientar a mulher; o serviço deve seguir o protocolo e ter disponível a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), antiretrovirais, e outras medidas necessárias de acordo com a violência sofrida; fazer a notificação compulsória dos casos de violência; às mulheres em situação de violência dependentes químicas e pacientes psiquiátricas, garantir a parceria entre Saúde e Assistência Social para o atendimento adequado voltado a essas situações; melhorar a assistência à gestação, ao parto e puerpério, reduzir a mortalidade materna no município de São Paulo, inclusive com rigoroso estudo sobre o aumento da mortalidade materna no último período e regularizar e ampliar as casas de parto; reduzir o número de partos cesáreas, promovendo o acesso universal ao parto natural e humanizado para todas as mulheres; garantir a publicização pelo município – Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde - e o cumprimento por todos os profissionais da rede pública de saúde das normas técnicas e portarias que normatizam a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da Mulher – PAISM.

- c. Implementar as políticas de promoção da equidade em saúde no município de São Paulo – política nacional de saúde integral das populações LGBT – assegurando a atenção integral à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais -, população Negra – com reforço e ampliação do programa de anemia falciforme -, população Indígena, população do campo, cigana e população de rua, pessoas com deficiência.

Abaixo apresentamos as 4 (quatro) também apresentadas mais que tiveram menos votos:

- Rever a Estratégia de Saúde da Família, com base nas diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da Mulher e ampliar para 100% das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), assegurando equipes multiprofissionais e interdisciplinares, em todas as regiões do município

com a efetivação obrigatória do planejamento familiar, disponibilizando os procedimentos existentes de concepção e contracepção, garantindo a laicidade do estado como pressuposto da efetivação do SUS.

- Realização de concursos públicos pela prefeitura de São Paulo para toda a rede pública de saúde e em especial para as equipes multiprofissionais de saúde, com a finalidade de ampliar as equipes de ESF, ambulatórios de especialidades, maternidades, Casas de Parto e Centros de Referências, e CAPS, assim como garantir uma assistência integral e humanizada com práticas não discriminatórias, que não se limite ao modelo biomédico e criação de residências multiprofissionais.
- Criação de novos Caps - com equipe completa e multidisciplinar por meio de concurso público - com atendimento às urgências, emergências, internações e clínica terapêutica para mulheres (psicóticas, drogaditas, alcoólatras, e dependências comportamentais tais como jogo patológico, compras e sexo).
- Implantar Centros de Referência da Saúde da Mulher, com atenção à saúde sexual e reprodutiva em todas as fases da vida, à mulher em situação de violência, ao tratamento e prevenção do câncer, em especial de mama e colo de útero, a prevenção e tratamento de DST/AIDS, com perspectiva de gênero, raça/etnia e orientação sexual em todas as regiões do município de SP, com atendimento especializado e com equipe interprofissional por meio de concurso público.

✓ ***Propostas de competência Estadual e Nacional***

- Retirar o aborto do código penal e colocá-lo como uma questão de saúde pública respeitando o Estado laico democrático e soberano. Neste sentido esta conferência torna público seu apoio ao Projeto Lei que descriminaliza o aborto como fruto da deliberação da II

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. (proposta para nacional)

- Em cumprimento aos princípios do SUS, que preconiza universalidade, integralidade, a equidade e igualdade, combater a terceirização, revogar a lei que institui as OSs, garantir a laicidade do Estado, respeitar e estimular o controle social, fiscalizando e debatendo as políticas públicas elaboradas e executadas na região dos conselhos gestores das unidades de saúde e sociedade civil organizada. Garantir o cumprimento das leis e resoluções da 9ª Conferência nacional de Saúde no que diz respeito aos repasses financeiros aos municípios do Estado de São Paulo.
- Implementar a política nacional de atenção integral à saúde da mulher, com programas em todas as Unidades Básicas em todos os municípios do Estado de São Paulo para garantir a autonomia das mulheres e fortalecer sua construção como sujeitos políticos e sociais, assegurando: um modelo de saúde coletiva para as mulheres tendo o SUS como referência e que supere a crença em uma visão de saúde medicamentosa e mercantil; metas em relação à prevenção do câncer de colo de útero e de mama; a vinculação da política de acesso a concepção e anti-concepção a um modelo de atenção básica nas UBS, articulado à prevenção das DSTs, HIV e outras doenças evitáveis, e reforçar e priorizar o caráter educativo das ações de saúde; a organização dos serviços de atenção às mulheres vítimas de violência em todos os municípios do estado de São Paulo e em cada região e nos prontos-atendimentos; ter pessoas com formação específica para este atendimento, para acolher e orientar a mulher; o serviço deve seguir o protocolo e ter disponível a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), coquetel contra vírus HIV, e outras medidas necessárias de acordo com a violência sofrida; fazer a notificação dos casos de violência; às mulheres em situação de violência dependentes químicas e pacientes psiquiátricas, garantir a parceria entre Saúde e

Assistência Social para o atendimento adequado voltado a essas situações; melhorar a assistência à gestação, ao parto e puerpério, reduzir a mortalidade materna no estado de São Paulo, inclusive com rigoroso estudo sobre o aumento da mortalidade materna no ultimo período; reduzir o numero de partos cesáreas, promovendo o acesso universal ao parto natural e humanizado para todas as mulheres; garantir a publicização pelo Estado - Secretaria Estadual de Saúde e Conselho Estadual de Saúde - e o cumprimento por todos os profissionais da rede pública de saúde das normas técnicas e portarias que normatizam a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da Mulher – PAISM. Implementar as políticas de promoção da equidade em saúde, combatendo todo tipo de preconceito e discriminação em todos os municípios de São Paulo – política nacional de saúde integral das populações LGBT – assegurando a atenção integral à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais -, população Negra – com reforço e ampliação do programa de anemia falciforme -, população Indígena, população do campo, cigana e população de rua.

SÍNTESE DAS PRÉ-CONFERÊNCIA

EIXO DE CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL.

- Ratificação de todas propostas não contempladas da 3ª. Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.
- Implantação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, com orçamento próprio.
- Ampliar e formar Recursos Humanos no atendimento à mulher (saúde, saúde mental (psicólogos), violência, educação, assistência social), através de concurso público, nos serviços existentes e nos que forem criados, com formação com abordagem de gênero.

- Formação continuada dos profissionais – principalmente dos Agentes Públicos em gênero e violência para a Rede de Atendimento à Violência.
- Criar um órgão fiscalizador dos serviços de violência contra a mulher dentro da Coordenadoria da Mulher, com protocolo de atendimento para todos os serviços da rede.
- Cada Secretaria deve destinar verba específica do seu orçamento anual para trabalhar a questão da violência contra a mulher.
- Mais recursos para que os CCMs possam realizar palestras, debates sobre a questão de gênero, empoderamento da mulher e divisão sexual do trabalho doméstico.
- Incluir atendimento psicológico nos CCM- Centro de Cidadania da Mulher
- Parceria com Ongs/sociedade civil (Convênios) para assistência à mulher (psicológica, jurídica, prevenção e combate à violência, a capacitação profissional em bairros afastados).
- Criar parceria com Ongs (Convênio) para implementar Projeto de Reeducação do Agressor.
- Estimular e Fortalecer as Redes de Atendimento com capacitação para facilitar o acesso aos bens e serviços públicos para mulheres.
- Reimplantação da Comissão Intersecretarial de Políticas de Gênero (para garantir a articulação intersetorial na discussão e definição das Políticas Públicas voltadas para mulheres, entre as diferentes Secretarias para viabilizar o Plano Municipal).
- Encaminhar para a Secretaria de Participação e Parceria/Coordenadoria da Mulher a negociação de cotas percentuais de emprego, para mulheres em situação de violência, nas empresas que prestam serviços para a Prefeitura.

PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS

- Implantação de Casa de passagem
- Implantação de Centro de Referência de violência, vinculado à Coordenadoria da Mulher;

- Implantação de um Centro de Cidadania da Mulher, vinculado à Coordenadoria da Mulher.
- Implantação de um Centro de Referência das Mulheres Negras.
- Implantação de Casa Abrigo
- Implantação de Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva a Mulher – Casa Ser.
- Implantação de Serviço de Atendimento para o Agressor

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Que os programas de transferência de renda incentivem as mulheres a concluírem seus estudos e acompanhamento preventivo da saúde, como condição para permanecerem recebendo a renda.
- Permanência das advogadas nos Centros de Defesa das Mulheres (serviço conveniado com SMADS) e aumento do salário.
- Que o CREAS não substitua os serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.
- Criar serviços específicos para o atendimento de mulheres em situação de violência urbana que é diferente das situações de violência doméstica.
- Implantação de um Centro de Referência do idoso.
- Incentivar projetos que fortaleçam a organização dos grupos de mulheres idosas, valorizando suas experiências e aptidões na área do trabalho e viabilizar projetos que permitam a atualização, formação e qualificação da mulher idosa, tendo como objetivo a geração de renda.
- Ampliação da Rede Socioassistencial de Atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos.
- Criar Políticas Públicas de atendimento à Mulher em situação de rua 24 horas, em todos os aspectos: social, saúde, Educação, priorizando o atendimento psicológico, psiquiátrico, educacional, odontológico para pessoas acometidas de transtornos.

- Criar Centros Educativos com cursos profissionalizantes para que as pessoas em situação de rua sejam empreendedoras, sendo inclusas na sociedade, inclusive no mundo do trabalho.
- Ampliação de equipamentos públicos tipo CCA.
- Cadastramento de todos os programas sociais no território da Brasilândia e implantação do CRAS em todas as regiões.
- Implantação de Restaurantes Populares.
- Implantação de Cozinhas e Padarias comunitárias.
- Implantação de Lavanderias coletivas e populares.
- Ampla divulgação dos programas de transferência de renda nos meios de comunicação, garantindo o caráter de universalidade. E preferencialmente garantir que o titular do benefício seja a mulher, mesmo quando a composição do casal seja heteroafetiva.

PROPOSTAS DE SERVIÇOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Implantação de DDM's 24horas, com pessoas capacitadas e especializadas.
- Garantir como política pública à criação de núcleos regionais de mediação de conflitos de violência doméstica.
- Ampliação da Defensoria Pública no atendimento especializado com mulheres em situação de violência, principalmente na Periferia.
- Implantação de um posto policial dentro dos terminais de ônibus e estação do metrô e trem para facilitar o boletim de ocorrência para mulheres vítimas de assédio nos transportes públicos coletivos.
- Implantação de Posto Policial – Base comunitária.
- Implementar o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica, saúde (de acordo com o artigo 29º. da Lei Maria da Penha.

- Criação do Conselho de Segurança utilizando-se de veículos de comunicação, distribuição de folhetos, cartilhas, informativos sobre a Lei Maria da Penha e violência contra a Mulher.

PROPOSTAS DE CONTROLE SOCIAL

- Implantação de Fóruns Regionais de Mulheres (Pólo, Espaço Cidadão, Canal direito; Comissão tripartite) nas Subprefeituras (com estrutura e condições garantidas para o exercício do monitoramento e controle social sobre as políticas públicas e das decisões da Conferência/2011).
- Implantação do Conselho de Representantes de ruas para promover a cidadania, integrar as ações e serviços executados pelos órgãos públicos.
- Implantação da Sala da Cidadania nas Subprefeituras com integração de todos os equipamentos existentes na região, com a colaboração e envolvimento da comunidade para a realização de uma maquete da região e a colocação de painéis informativos/para comunicação com: A) Indicadores da região; B) Ações da comunidade (1º 2º e 3º setor); c) Vagas de emprego; d) Mapeamento das ruas realizado pelas Agentes Comunitárias; e) Bacias Hidrográficas da região etc.
- Implantação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, de caráter deliberativo.
- Fornecer informações e formação sobre o funcionamento dos Conselhos para que as mulheres exerçam suas representações nos Conselhos de Políticas Públicas.
- Criar um Conselho da Mulher, *dentro do CONSEG* de São Miguel, tendo representante deste fórum.
- Reativar os Conselhos Gestores em cada CCM, designando um profissional responsável pela mobilização e articulação por equipamento, com dotação orçamentária.

PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO POLITICA

- Discutir e apoiar os mecanismos necessários para viabilizar a eleição de mais mulheres comprometidas com as nossas causas, para os cargos de poder.
- Acompanhar e cobrar das eleitas o devido encaminhamento de nossas reivindicações.
- Estimular a participação dos movimentos sociais e dos movimentos de mulheres na Câmara Municipal, acompanhado as ações dos vereadores, intervindo diretamente no encaminhamento dos projetos e ocupar espaços institucionais do Legislativo Municipal priorizando as políticas de interesse das mulheres.
- Participação efetiva de representação feminina na Câmara Municipal intervindo diretamente no encaminhamento dos projetos e ocupando espaços institucionais no Legislativo Municipal.

EIXO EDUCAÇÃO E CULTURA

- Instalação efetiva de creches com funcionamento de 24 horas e finais de semana.
- Ampliação tanto do número de creches, próxima ao local de trabalho da mulher, como também do número de vagas em 50% nos próximos 03 anos no Município de São Paulo, com a garantia de funcionamento durante 24 horas e nos finais de semana e atendimento a partir dos 04 meses de idade.
- Criação de mais creches, EMEIs e núcleos sócios- educativos. Ampliação da rede pública de educação infantil, com garantia de horário integral; incluindo creches 24 horas e nos fins de semana, com rodízio das funcionárias (os) e monitores, jornada de 6 horas e adequação no horário de atendimento.
- Equidade salarial e de carga horária para as trabalhadoras das Creches conveniadas.
- Construção de creches públicas diretas com cuidador (a) com capacitação dos profissionais para o atendimento das crianças com deficiências.

- Ampliar a rede pública de educação infantil, com garantia de manutenção de horário integral nas creches, zerando o déficit de vagas nas regiões da periferia.
- Aquisição de áreas/ espaços vazios para implantação de unidades escolares de educação infantil - creches e pré-escolas em tempo integral na região de M' Boi Mirim, conforme déficit de cada região com atenção especial às mulheres que não trabalham no horário comercial comum.
- Ampliação do período de atividades educativas para crianças e adolescentes, contemplando ações conjuntas entre as escolas, os espaços e equipamentos sociais para jovens garantindo quatro horas de ensino-aprendizagem e quatro horas de atividades diversas.
- Criar um instrumento de observação sobre a educação continuada.
- Criar espaços nos equipamentos públicos para atender demandas de creches e escolas de nível fundamental em locais de alta vulnerabilidade social, evitando o deslocamento para locais distantes da residência.
- Ampliação da rede pública de educação infantil e fundamental, com garantia de manutenção do horário integral em todo ciclo educacional.
- Currículos escolares desde a creche que desenvolva conteúdos de educação com respeito à diversidade étnica, social e de gênero, não homofônicos, e anti-racistas.
- Garantir a formação de professores e gestores em uma perspectiva de gênero/ etnia e diversidade sexual.
- Garantir a todos os profissionais da Educação formação continuada e formação inicial para professores em gênero, raça/etnia e orientação sexual.
- Formação continuada e qualificação de professores na perspectiva de gênero e raça, violência, educação sexual, com visão crítica em relação à mídia.
- Garantir a implementação, nas escolas públicas, da Escola de Pais e Mães, como espaço de formação, tendo em vista a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual.
- Controles sociais do conteúdo da mídia a partir de campanhas nas subprefeituras com envolvimento e aporte financeiro das secretarias.

- Rever a adequação dos livros e material didático, de modo a que não reproduzam o machismo, estereótipos, e todo e qualquer forma de discriminação, incluindo material que fale da participação, lutas e conquistas das mulheres ao longo da história.
- Educação sexual nas escolas - com informação livre de preconceitos.
- Rever as imagens e mensagens referentes às relações de gênero na mídia.
- Criação de um fórum permanente de reflexão e avaliação para exercer o controle social sobre as propostas e políticas estabelecidas pelo Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.
- Reforçar os programas de alfabetização das Mulheres, priorizando as idosas.
- Erradicação do analfabetismo, incluindo o funcional, com educação para jovens e adultos, voltada a despertar vocações e incluir digitalmente.
- Por uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não lesbofóbica, e não xenófoba.
- Promoção de cursos de capacitação para educadores para a implementação efetiva da lei 10.639/03 (atual lei 11.645/08), estímulo à promoção de atividades na área e fiscalização da implementação sob responsabilidade das diretorias regionais de educação.
- Incrementar os programas de qualificação profissional, garantindo: colocação no mercado, acompanhamento técnico, mediação psico-sócio cultural para garantir a autonomia das mulheres.
- Assegurar o imediato cumprimento da lei que garante o interprete de libras, guia interprete para surdo-cegos e instrutor mediador para crianças com surdo-cegueira.
- Chamamento público para identificar a demanda de mulheres não alfabetizadas e que não concluíram o ensino fundamental.
- Ter equipamentos de apoio e infra-estrutura para o trabalho doméstico e de cuidados, como: centros de convivência para idosos, creches em horário integral e à noite, apoio domiciliar ao enfermo ou com deficiência e restaurantes populares.
- Implementar Programas, através da mídia, que contribuam para a divulgação da Lei Maria da Penha, a mudança cultural da população e a humanização.

- Promover continuamente debates, oficinas, palestras e seminários nos CEUS para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres.
- Educação ambiental nas escolas estimulando a coleta seletiva e a divulgação do serviço oferecido pelo poder público para operacionalização da coleta.
- Campanhas educativas pelo combate à violência contra a mulher na mídia (TV, jornal escrito, jornal de bairro, jornal do ônibus, rádio e redes sociais).
- Garantia de acesso e inclusão de mães de deficientes, com suporte público para que seja possível garantir a permanência dessas crianças nas escolas em período integral.
- Execução das políticas pedagógicas e ações estratégicas para uma cultura não sexista, não racista, e não lesbofóbica atentando para os condicionamentos sociais e culturais que, historicamente, reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres na família e na comunidade escolar em geral.
- Programa de conscientização pública das mulheres da região com relação à saúde e direitos sociais da mulher através de palestras, cursos, campanhas publicitárias e outras atividades.
- Campanhas socioeducativas para divulgação da Lei Maria da Penha, promovendo o combate à cultura de violência à mulher por toda sociedade.
- Estímulo à estruturação de redes comunitárias de solidariedade entre as mulheres, para fortalecer a conscientização dos direitos legais, já previstos, contra a violência exercida sob qualquer aspecto.
- Ampliar no currículo a Lei nº10639/03 História da África, divulgar nos equipamentos públicos as atividades culturais sobre gênero.
- Desenvolver campanhas educativas e culturais sobre imagem da mulher nos meio de comunicação.
- Garantir a presença de equipes multiprofissionais (psicólogos, assistentes sociais) em toda rede municipal.
- Que a família tenha o direito de escolher a unidade escolar em que seu filho vai estudar

- Mais recursos para o que o CCM Perus possa realizar palestras e debates sobre gênero, raça/etnia, empoderamento da mulher e divisão sexual do trabalho doméstico.
- Implantar um Fórum de Acompanhamento de Políticas Públicas para as Mulheres no CCM Perus.
- Criação de creches diretas com infra-estrutura adequada nas regiões, onde as mulheres não contam com unidades próximas de suas casas, e que são as que apresentam alta demanda de vagas.
- Incluir no calendário escolar ao menos um seminário/palestra por semestre nas escolas da região sobre desigualdade de gênero, sexualidade e divisão sexual do trabalho.
- Promover e garantir a acessibilidade nas escolas para alunos portadores de deficiência
- Ampliar a formação dos professores qualificando-os nas questões de gênero, orientação sexual e questões de raça/etnia indígena com material didático adequado e valorizando os profissionais da educação.
- Desenvolver campanhas educativas e culturais sobre a imagem da mulher nos meios de comunicação com um à perspectiva crítica e ao mesmo tempo investir na cultura na região: criação de espaços culturais, bibliotecas, etc e implantar, garantir e incentivar a pratica de atividades físicas, esportivas e sociais para as mulheres nas escolas publicas e privadas, bem como nos equipamentos esportivos em parceria com a subprefeitura.
- Compatibilizar nas escolas as matricula com os endereços para que as crianças não sejam obrigadas a estudar longe de suas residências, bem como evitar que as mães tenham seus filhos matriculados em escolas diferentes, com a ampliação no horário de permanência e garantir o acesso, inclusão de mães de filhos com necessidades especiais na rede educacional.
- Centros de Convivência para Idosos para atendimento da população dentro das regiões, a partir das demandas locais e se necessário implementação de mais PPP's e convênios com o crescimento da rede pública de educação infantil com urgência em pelo menos 50% do numero de vagas na região da Cidade Ademar.

- Manter instrumentos de controle social e campanhas educativas, culturais sobre a imagem da mulher nos meios de comunicação de forma crítica.
- Promover a mudança cultural na sociedade com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e empoderamento das mulheres, rompendo com o legado histórico da dependência, exploração e subordinação.
- Fortalecer a articulação e efetivação das parcerias entre as diferentes Secretarias e Coordenadorias para a efetivação das políticas públicas da área de educação com recorte de gênero, raça,/etnia e garantir o sigilo no EOL para os filhos de mulheres em situação de risco.
- Acesso à escola e atividades recreativas com autonomia para que as escolas possam atender a demanda local, ou seja, matrícula compatibilizada, com o remanejamento do percurso do transporte gratuito, conforme demanda da escola e proximidade.
- Valorizar os profissionais da educação em todos os segmentos, com criação de incentivos financeiros.
- Incluir o município de São Paulo no Curso Gênero e Diversidade na escola, projeto do Governo Federal, em parceria com SEPPIR E SPM (formação à distância).
- Reivindicar dos Governantes que os direitos educacionais, previsto na constituição Brasileira, seja de fato cumpridos e ajustados às necessidades atuais.
- Propiciar maior reconhecimento e suporte profissional as mulheres profissionais da Educação.
- Diversificar os cursos profissionalizantes para as jovens encontrarem maiores facilidades no mercado de trabalho, enfoque desses cursos às mulheres que atualmente é escasso.
- Ampliar o programa escola da família fomentando a participação das organizações sociais e não governamentais a ocupar estes espaços a fim de fortalecer os vínculos comunidade e escola.

- Ampliação das estruturas físicas das escolas de ensino fundamental e médio, entendendo a necessidade de atividades complementares de esporte e lazer, para o desenvolvimento intelectual do aluno.
- Promover formação nas escolas com alunos, pais e profissionais da educação com temas: saúde e direito reprodutivo, gênero, juventude e o uso indevido de drogas.
- Transporte escolar gratuito para crianças que estudam distante de casa (CEI/ EMEI), devido à necessidade de muitas mulheres não terem condições de pagar para transportar seus filhos.
- Constituição e aquisição de espaço para a Coordenadoria de Educação na região de M' Boi Mirim.
- Capacitação permanente para os professores - principalmente para trabalhar a inclusão social de crianças especiais na escola.
- Fomentar programas de educação de jovens e adultos com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, em parceria com entidades locais.
- Centros de Convivência para as Crianças após aulas, devido aos pais trabalharem, que incluam as crianças deficientes.
- Que as CEIs retornem ao horário integral.
- Ter psicólogos na educação para apoiar as famílias e os parentes que estão com dificuldades em lidar com os conflitos familiares e/ou em sala de aula.

CULTURA

- Incentivar as iniciativas culturais, considerando-as como potencializadoras das ações educacionais, sempre introduzindo a perspectiva de gênero, utilizando as diferentes linguagens expressões artísticas, aproximando e resgatando o cotidiano da cultura popular e da diversidade cultural de nossa realidade, ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações nas Casas de Cultura e outros equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura.

- Ter uma equipe local móvel responsável por realizar oficinas culturais descentralizadas em bairros de difícil acesso da Capela do Socorro que leve a perspectiva e a temática de gênero para diferentes públicos.
- Ampliação das atividades culturais, esportivas e de lazer nos diversos equipamentos públicos da Capela do Socorro que atendam as especificidades de diferentes públicos (deficientes, lésbicas, negras, jovens) como: avaliação física, futebol, vôlei, teatro etc.
- Construção e reforma de praças públicas com equipamentos esportivos e brinquedos adaptados às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além da garantia da acessibilidade nas vias para este público.

- Realização de uma Conferência de Educação e Cultura na Região de M' Boi Mirim, no sentido de possibilitar a população contribuir com a formação de uma Política Municipal de Cultura, relacionando com uma proposta de política pública de Educação e Cultura nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio.
- Criação nas Casas de Cultura e Bibliotecas de espaços que desenvolvam atividades artísticas e culturais entre e voltadas para as mulheres lésbicas, negras, portadoras de deficiência, idosas, jovens, índias, e quilombolas.
- Formação de grupos em cada bairro que promovam ações culturais com foco nas questões de gênero entre outros temas com atores itinerantes que percorram espaços públicos aproximando a população e promovendo a reflexão para a efetivação da sua cidadania.
- Retornar as atividades de lazer e culturais nos CEUs, considerando que essa é uma região carente de equipamentos públicos de lazer para as crianças e jovens;
- Criação de uma Casa de Cultura na região do Jd. Capela, como forma de atender a população que reside distante dos bairros mais centrais da região, e que não dispõe de nenhum equipamento de cultura;
- Articulação entre as Secretarias de Educação e Cultura, em parceria com as entidades comunitárias, para o desenvolvimento de projetos sociais nas Escolas, durante os finais de semana, como forma de unir o aluno e a comunidade Escolar.
- Ampliar as ações culturais em finais de semana e em áreas de grande vulnerabilidade social em integração escola, comunidades e movimentos populares da região.
- Constituição do Conselho Gestor da Fábrica de Cultura localizada no Jd. São Luiz. Pois esse é um equipamento público estadual de interesse da comunidade. Portanto, é fundamental que a população participe da definição de atividades prioritárias para região e também faça o controle social.
- Reativar o CEU e os Clubes, com mais recursos, atividades, sendo abertos à população.

- Criação do GABA (Grupo de Apoio a Baixa Auto-estima) que desenvolverá dentre outras funções o Projeto Teatro Ciranda, que consistirá na criação de peças teatrais baseadas em histórias de vida das mulheres a serem apresentadas em Escolas, Universidades, Organizações não governamentais, etc.
- Criação do Pólo de Políticas Públicas para Mulheres nas Subprefeituras, com articulação dos serviços encaminhamentos, participação comunitária, incentivos em atividades culturais, esportivas e lazer.
- Incentivar e garantir programas de incentivo às mulheres, especialmente meninas/jovens/3ª idade à prática de todos os esportes nas escolas e equipamentos esportivos públicos com a capacitação dos profissionais na perspectiva de gênero/etnia e diversidade.
- Criar núcleos de formação e capacitação de agentes, artistas educadores, e apoio aos grupos independentes, proporcionando acesso à ARTE-CULTURA as comunidades distantes.
- Criação de um canal direto de comunicação para as mulheres monitorarem e acompanharem o andamento da implementação do Plano em 2011.
- Executar o direito a equipamentos de lazer, cultura, educação e esporte no seu próprio setor, pois os existentes como CÉUS estão distantes da grande parte da população.
- Implantação de pólos culturais nos bairros periféricos da região do Ipiranga com ações na perspectiva de gênero/etnia e diversidade
- Garantir infra-estrutura para a ocorrência de atividades culturais voltadas a todas as mulheres moradoras de Santana e Tucuruvi.
- Criar uma política de comunicação para divulgar os direitos das mulheres por todos os meios constantemente.
- Espaço cidadão de participação, comunicação, com indicadores básicos da região, transparência e controle social descentralizado.

EIXO REFORMA URBANA, MORADIA DIGNA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

- Garantir que todas as moradias construídas pelos programas habitacionais sejam registradas em nome da mulher.
- Garantir no mínimo 5% das moradias construídas pelos programas habitacionais sejam destinados prioritariamente á mulheres vitimas de violência doméstica como determina a lei Maria da Penha.
- Transformar os imóveis ociosos em moradia popular para mulheres chefes de família com renda entre 1 e 3 salários mínimos.
- Desenvolver programas habitacionais que garantam moradia digna para mulheres chefes de família com renda entre 1 e 3 salários mínimos, mulheres em situação de rua, mulheres albergadas e idosas.
- Garantir no processo de reurbanização do centro prioridade para as mulheres de baixa renda que já morem ou trabalhem na região.
- Reurbanização das favelas com infra-estrutura de UBS, Creche, transporte, água, luz, esgoto, coleta seletiva e espaços verdes.
- Retomada dos programas de mutirão baseados na auto gestão e com espaço para cuidado e entretenimento das crianças.
- Reafirmar a proposta da Conferência de 2007, no que se refere às necessidades específicas das mulheres que participam de mutirões, como afastamento por doença ou gravidez sem perda a vaga ou pontuação.
- Criação de mecanismos para que as mulheres de baixa renda possam limpar o nome quando da aquisição da casa própria.
- Regularizar os conjuntos habitacionais e ocupações já existentes. Repensar a habitação não só como unidade habitacional, mas como uma questão de meio-ambiente urbano daí a importância de seu entorno.
- Garantir que Plano Diretor seja estabelecido de forma participativa, seja respeitado, divulgado e acompanhado por conselho gestor. Que as lideranças recebam formação sobre o tema.

- Prover a regulamentação do instrumento dos Planos de Bairro e realizar sempre estudos de Impacto de Vizinhança.
- Que a implantação dos 4 parques lineares (Itaim, Bororé, Jaceguava e Varginha) - que estão sendo realizados pela compensação do Rodoanel trecho sul - possam ser abertos ao público com atividades de cultura, lazer, esporte e horticultura com geração de renda, e sejam administrados por um conselho gestor composto pela comunidade.
- Reivindicar junto à prefeitura que coloque em prática a elaboração de projetos habitacionais nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) que são destinadas para a construção de moradia popular conforme determina o Estatuto das Cidades (Lei Federal que determina, por exemplo, que na Capela do Socorro nas ZEIS 4 e 3 podem ser construídas edificações com até 4 andares).
- Garantir que a elaboração e alterações do Plano Diretor levem em consideração as diretrizes traçadas pelo Plano Municipal de políticas públicas das mulheres.
- Melhorar o transporte urbano: metrô até Cotia, mais linhas e corredores de ônibus que facilitem o acesso às unidades de saúde, pontos de ônibus cobertos, com bancos e longe de bueiros, etc.
- Promover ações em prol qualidade vida: Arborização, Coleta seletiva, Criação de Ecopontos, Educação Ambiental, Espaços Verdes.
- Fiscalização e aplicação da legislação vigente nas situações e fatos que geram problemas de saúde pública como: descarte de lixo nas vias públicas; carros abandonados; entulhos de matérias de construção e que uma porcentagem da multa vá para a reeducação, bem como o resíduo oriundo da ação comercial, industrial, entre outros seja de responsabilidade daquele que o gerou.
- Criar mecanismos de fiscalização das imobiliárias da região com referencia na venda de loteamentos clandestinos e a monitorização do licenciamento e a construção de condomínios fechados no entorno da Guarapiranga.
- Criação de programas e projetos de triagem e coleta seletiva nos condomínios habitacionais de moradia popular como forma de pensar a

moradia para além do habitacional, buscando a integração sustentável de moradia e meio ambiente.

- Garantir a disseminação das informações relacionadas às questões ambientais, como: Saneamento básico, Segurança Alimentar e Coleta Seletiva, divulgando as legislações vigentes e utilizando-se de todos os canais de comunicação.

EIXO SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

- Fim das OS e laicidade do Estado.
- Garantir os princípios do SUS, revogação da lei das OS, ou fiscalização das mesmas no cumprimento da saúde da mulher exercendo controle social. Combater a terceirização da saúde com incentivo e ampliação da rede básica (SUS) com acesso igualitário universal e integral da saúde com o fim das organizações sociais e a restituição das unidades do SUS ao serviço público.
- Garantir o repasse de verba do governo federal para o município de acordo com a resolução da 9º Conferência Nacional de Saúde e fiscalizar sua aplicação.
- Retirar o aborto do código penal e colocá-lo como uma questão de saúde pública respeitando o Estado laico democrático e soberano. Neste sentido esta conferencia torna público seu apoio ao Projeto Lei que discriminaliza o aborto como fruto da deliberação da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Garantir um modelo de saúde coletiva para as mulheres, com atendimento rápido, seguro e humanizado, sem discriminação em situação de abortamento inseguro, tendo referência o SUS. Garantir o atendimento ao aborto previsto em lei nos hospitais público e privado inclusive nos de orientação religiosa contratados pelo SUS com disponibilidade de planejamento familiar e atendimento interprofissional

- Fiscalizar e debater as políticas públicas locais elaboradas e executadas na região dos conselhos gestores das unidades de saúde e sociedade civil organizada.
- Garantir e fiscalizar a obrigatoriedade do atendimento no planejamento da concepção, em todas as unidades de saúde pública e privada, inclusive nas instituições religiosas, com oferta e acesso a todos os métodos contraceptivos, masculinos e femininos. E que seja ampliado e facilitado, inclusive, a realização da contracepção cirúrgica na rede hospitalar, incluindo a contracepção de emergência e o tratamento de fertilidade, garantindo as ações educativas correspondentes.
- Ampliação do Programa Saúde da Família a 100% das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da região da Capela do Socorro, com a efetivação obrigatória do planejamento familiar, disponibilizando os procedimentos existentes de contracepção, independentemente da orientação institucional da O.S. executora do serviço.
- Cabe a Área Técnica de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, reformular as ações de promoção, prevenção e assistência a saúde, sempre numa visão integral, que esteja inserida nas diretrizes de Política de assistência integral à saúde da mulher , e numa perspectiva que entenda como a saúde das mulheres determinada pelas condições de vida, ou seja, pelo contexto social, econômico, político e cultural.
- Organizar a rede de saúde para atendimento as mulheres vítima de violência. Incluindo atendimento médico nas AMAS às mulheres vitima de violência, com profissionais capacitados e qualificados para atendimento imediato.
- Atendimento prioritário e especializado nos hospitais e ambulatórios de especialidade na implementação de serviços voltados às mulheres com deficiência (física, intelectual visual e múltipla) Em especial às deficientes auditivas levando em conta necessidades de treinamentos de agentes comunitários de saúde e dos servidores municipais. Que essas ações sejam integradas a educação e cultura.
- Abertura de concurso regional para profissionais de saúde para formação de maior número de equipes PSF, ambulatórios de especialidade, maternidade

de qualidade, ginecologistas em todas as unidades, inclusive nas equipes de PSF, geriatria, fisioterapia, saúde mental (psiquiatras e psicólogos) e saúde preventiva.

- Formação e capacitação continuada para ações educativas numa perspectiva de gênero e raça para um atendimento qualificado e integral à mulher em todas as fases da vida, com oficinas de prevenção e promoção de saúde em todas as unidades básica de saúde.
- Introduzir, nas ações de saúde, uma política de atendimento às especificidades de saúde das mulheres lésbicas, treinando os profissionais para estes prestem um atendimento qualificado e não discriminatório.
- Criação de novos Caps, e profissionais da saúde mental (psiquiatra e psicólogos), especializado no atendimento as mulheres. Otimizar os serviços de urgência, emergência e internação para mulheres da saúde mental (psicóticas, drogaditas, alcoólatra nos hospitais públicos na região).
- Capacitação continuada dos profissionais da área de saúde ao enfrentamento a violência contra mulher, reafirmando a necessidade da notificação compulsória.
- Abertura de concurso pela Prefeitura do Município de São Paulo através da Secretaria de Participação e Parceria para contratação de psicólogos e assistentes sociais para atuarem nos serviços da Coordenadoria da Mulher.
- Criar centros de atenção a saúde sexual e reprodutiva com perspectiva de gênero e raça nos moldes da Casa SeR da Cidade Tiradentes em todas as regiões da cidade de São Paulo.(Gauianases, Campo Limpo, Santo Amaro, M'Boi Mirim, etc.).
- Ampliação do número de Unidades Básicas de Saúde no Jardim do Russo no Recanto Paraíso(Badra), Recanto dos Humildes, Jardim Adelfiori
- Implantar de um Centro de referência da mulher em Perus com equipe capacitada para acolhimento às mulheres em situação de violência (médico, enfermeiro, psicólogo assistente social e os demais profissionais de saúde).
- Implantar Centro de Referência do idoso em Perus. Atendimento integral às mulheres idosas (geriatria, fisioterapia, saúde preventiva).

- Construir Hospital de Parelheiros com 250 leitos de maternidade com ambulatório de especialidades em ginecologia (atendimento integral à mulher).
- Construir e implantar Centros de referências de saúde da mulher nas diferentes regiões do Município, contemplando atividades de prevenção e tratamento de DST/AIDS.
- Criação e implantação de Centro de referência da mulher adolescente visando ações de promoção e prevenção de saúde na região da Penha
- Implantação de ambulatório de especialidades em todas as regiões com adequação do quadro de profissionais especializados, nos serviços de saúde, às necessidades das mulheres.
- Construir hospital da mulher na região Norte, Leste, São Miguel, Vila Prudente, Sapopemba com administração direta da prefeitura e concurso público regional para diversas categorias de profissionais de saúde com incentivos e melhores salários.
- Garantir o atendimento às mulheres em regime prisional, atendimento psicológico e saúde da mulher.
- Ampliar a parceria da saúde com a SMADS para o atendimento da saúde da mulher em situação de rua e idosa, oferecendo transporte gratuita Ampliar acesso aos exames específicos e complementares na região de moradia das mulheres como mamografia e densitometria sangue etc.
- Ampliar os serviços de laboratórios em São Miguel
- Ampliar o número de unidades de atendimento domiciliar UAD, assim como ampliar e diversificar o número de profissionais que compõem a equipe.
- Criação de centros de referência odontológicos em todas as regiões da cidade
- Criação e implementação de Centros de Referência específicos para pessoas com deficiências físicas e intelectuais, como também para idosos (espaços para atendimento e convivência).
- Criação e implantação de Centro de referência da mulher adolescente visando ações de promoção e prevenção de saúde na região da Penha

- Implantação de ambulatório de especialidades em todas as regiões com adequação do quadro de profissionais especializados, nos serviços de saúde, às necessidades das mulheres.
- Construir Hospital da Mulher na região Norte, Leste, são Miguel, Vila Prudente, Sapopemba com administração direta da prefeitura e concurso público para funcionários.
- Garantir o atendimento a cirurgia ginecológica e realização dos métodos irreversível (laqueadura e vasectomia) no Hospital da Cidade Tiradentes.
- Implantar o programa de fertilidade na rede hospitalar municipal ampliando para o âmbito familiar com universalização dos métodos contraceptivos. E garantir melhores condições da mulher para optar pelo parto normal valorizando sua humanização.
- Implantar um centro de referência de saúde da mulher, nos moldes do Hospital Pérola Bynton – Zona Leste, com especialidade em particular para mulheres com problemas de Câncer que necessitam de atendimentos especializados, de cirurgia, quimioterapia, radioterapia, dentre outros, além de realizar ações de promoção e prevenção do câncer de mama e colo de útero;
- Criação de Centro de Reabilitação em cada Supervisão Técnica de Saúde.
- Reforçar e ampliar o programa de anemia falciforme
- Implantar Centros de Especialidades da Mulher na região de Pirituba/Perus, contemplando atendimentos e exames especializados tais como: DST/AIDS, mamografia, ultra-som, colposcopia, podologia, atendimento em casos de violência; atendimento especializado às patologias específicas da raça negra, com profissionais especializados em relação à questão de gênero e raça no sentido de proporcionar uma visão de saúde voltada à prevenção e situação em relação aos agravos; atendimento voltado à especialidade de geriatria com equipe multidisciplinar, com maior e melhor acesso aos serviços sem discriminação

EIXO ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Promover a assistência integral às mulheres que sofrem violência de gênero, doméstica e sexual, estruturando, ampliando e vitalizando o atendimento, inclusive em saúde mental ampliando, estruturando novos serviços especializados e que todas as partes envolvidas sejam encaminhadas para tratamento e acompanhamento (vítima e agressor).
- Ampliação através de concurso público do quadro de profissionais de saúde, e em especial saúde mental: Psicólogos, Assistentes Sociais, Defensores Públicos, e também em todos os serviços especializados voltados à mulher, com garantia de capacitação continuada para acolhimento, identificação e prevenção da violência contra a mulher em situação de violência.
- Sensibilização e capacitação para os profissionais da área de segurança pública, saúde, educação, assistência social, habitação.
- Implementação de todos os dispositivos necessários da competência Municipal para implementar a Lei Maria da Penha (capacitação, estabelecer e fortalecer redes de atendimento).
- Garantir na dotação orçamentária ampliação da verba para os serviços que atendem violência.
- Que a Secretaria de Participação e Parceria/ Coordenadoria da mulher, negocie cotas percentuais de emprego, para mulheres em situação de violência nas empresas que prestam serviços para a Prefeitura.
- Que o CREAS não substitua os serviços especializados no atendimento as mulheres em situação de violência e que os serviços especializados para o atendimento de mulheres em situação de violência sejam norteados e subordinados a SMPP, e à Coordenadoria da Mulher.
- Que a Coordenadoria da Mulher articule a rede de integração e de apoio: saúde, educação, cidadania, assistência social, habitação, justiça, Conselho de segurança pública.
- Que a Coordenadoria da Mulher coordene campanhas de prevenção, e socioeducativas, contra a violência contra a mulher que envolva todos os

setores da sociedade, e especialmente aproveitar o momento da copa do mundo. Promover campanhas contra o turismo sexual, a mercantilização do corpo da mulher e a exploração da prostituição.

EIXO AUTONOMIA ECONÔMICA, IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO, GERAÇÃO DE RENDA COM INCLUSÃO SOCIAL.

- Criar mais vagas em creches e manter as mesmas abertas 24 horas para atender a demanda das mães que trabalham em horários diferenciados
- Implantar lavanderias, cozinhas, padarias e restaurantes comunitários.
- Implantação imediata de programas de qualificação profissional visando a realidade e não os cursos dito femininos (bordado, costura, tricô etc.), recolocação para mulheres de todas as etnias, idades, raça
- Criar incubadoras publicas cooperativa popular e de reciclagem, oficinas de geração de renda.
- Criar feiras solidárias na região visando o escoamento dos produtos produzidos em grupos cooperativos.
- Garantir programas de requalificação e de colocação para mulheres acima de 35 anos, e valorização da 3^a idade aproveitando suas aptidões e experiências na geração de renda , para mulheres negras em situação vulnerável, bem como das mulheres deficientes e das imigrantes.
- Realização de campanha pela igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho
- Criar vagas nas empresas locais para estagio, educação profissionalizante e emprego das mulheres .
- Dar incentivos aos empreendedores que se estalarem na região, absorvendo a demanda mão de obra local.
- Viabilizar cooperativas de mulheres imigrantes em situação de pobreza e exigir que as empresas que a empregam respeitem a legislação brasileira.
- Criação de um centro de economia solidária que integre políticas de apoio, investimento e acesso ao crédito com formação, capacitação, espaço de comercialização, banco comunitário para facilitar o acesso ao crédito.